

A Chancelaria de D. Manuel I Apresentação de um projeto de mestrado¹

Diogo Faria

CEPESE – Universidade do Porto; IEM – Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Neste texto são apresentadas as linhas fundamentais de uma investigação de mestrado, levada a cabo entre 2011 e 2013, sobre a *Chancelaria de D. Manuel I* (1495-1521). São abordados vários aspetos do projeto: a sua génese, o seu enquadramento historiográfico, os seus objetivos, os seus fundamentos metodológicos e a sua estrutura. Finalmente, são apresentadas conclusões provisórias que refletem o estado da pesquisa no momento em que este trabalho foi elaborado.

Abstract

This text presents the essential aspects of a research, carried out between 2011 and 2013, about the chancery of King Manuel I (1495-1521). Various aspects of the project are discussed: its genesis, its historiographical framework, its objectives, its methodological bases and its structure. Finally, provisional conclusions that reflect the state of the research at the time this work was done are presented.

O objetivo deste trabalho é apresentar as linhas de força de uma investigação sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*. Explicarei como surgiu este projeto, enquadrá-lo-ei na historiografia, apontarei os seus objetivos, darei conta de opções metodológicas e esboçarei a estrutura da dissertação, avançando com alguns que dados que, sendo parcelares e provisórios, permitem esboçar algumas conclusões.

1. A GÉNESE DO PROJETO

A génese da investigação em curso radica numa proposta do Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem para estudar uma *Chancelaria* do final do século XV, prosseguindo caminhos trilhados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde a década de 70. A opção natural² seria continuar a investigação sobre a burocracia

¹ Com a comunicação que apresentei no Workshop de Estudos Medievais (WEM) pretendi dar conta do estado da investigação sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*, que estava a levar a cabo no âmbito do Mestrado em História Medieval e do Renascimento da FLUP, num momento concreto: o primeiro trimestre de 2013. Nos meses que se seguiram a este encontro, a dissertação de mestrado foi concluída e defendida (Cf. Diogo Faria, “A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2013). O desenvolvimento do trabalho acabou por tornar alguns aspetos deste texto desatualizados: a estrutura da dissertação acabou por não corresponder plenamente à que aqui descrevi e os dados e conclusões que avancei no WEM como provisórios foram devidamente testados. Atualizar este texto em função dos resultados que alcancei corresponderia a uma adulteração do espírito da comunicação que apresentei ao WEM, que não ambicionava a mais do que expor os fundamentos de um trabalho em curso. Optei, como tal, pela publicação quase integral do texto que apresentei no dia 5 de abril de 2013, respeitando a sua estrutura, matizando algumas das suas marcas de oralidade e corrigindo apenas alguns pormenores. Tenha-se em conta, portanto, que, se todos os textos são datados, este é-o mais do que a maioria dos outros: corresponde ao estado, em março/abril de 2013, de um trabalho apenas concluído seis meses mais tarde. Resta-me agradecer à Prof.^a Doutora Judite Gonçalves de Freitas e ao Mestre André de Oliveira Leitão todos os comentários, questões e sugestões que apresentaram no momento da discussão deste trabalho.

² Tendo em conta que a burocracia régia entre os finais do reinado de D. Dinis e o princípio da governação do *Príncipe Perfeito* já foi objeto de análises baseadas nos mesmos preceitos metodológicos que aplicarei no meu trabalho. A lista completa destes estudos acha-se em: Armando Luís de Carvalho Homem, “Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth-Fifteenth Centuries,” in *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 179-207, *maxime* 190-197.

de D. João II que, tendo sido iniciada no final dos anos 80 por Eugénia Pereira da Mota,³ se quedou por 1483, não tendo entretanto a devida continuidade. Efetivamente, o plano inicial passou por aí. Um olhar sobre os livros conservados na Torre Tombo, que não cobrem todos os anos do reinado, ditaria com mais rigor que cronologia estudar.

Foi durante essa fase de pesquisa que acabei por me afastar do *Príncipe Perfeito* e aproximar-me do *Venturoso*. A análise dos recursos eletrónicos disponibilizados no site do Arquivo Nacional tornou a *Chancelaria de D. Manuel* um objeto de estudo mais apetecível. Isto porque, para além de alguns dos seus livros estarem digitalizados, todos os documentos de cada um dos seus 46 volumes se encontram descritos,⁴ através de resumos relativamente alargados que integram os importantes elementos do escatocolo (identificação do redator, do seu ofício e do escrivão) que nos permitem aproximar da sociedade política da época. Como é evidente, o acesso a este instrumento de trabalho não substituiu o recurso aos registos originais, que nos facultam o pleno conhecimento da estrutura formal e dos conteúdos de cada diploma. No entanto, a consulta destes resumos torna mais rápidas tarefas que, à partida, seriam bastante morosas, como a classificação tipológica dos atos. O tempo que ganhei graças a isso na construção da base de dados permitiu-me alargar o *corpus* documental um pouco para além do que estava inicialmente previsto.

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Os mais diretos antepassados historiográficos desta dissertação são a tese de doutoramento de Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio*,⁵ e os estudos sobre diplomática régia e sociedades políticas do final da Idade Média que este historiador tem vindo a orientar ao longo das últimas décadas.⁶ Num plano mais alargado, estes trabalhos enquadram-se no âmbito de uma renovação da história política, ocorrida na segunda metade do século XX, que tem como principal referência um determinado setor da historiografia francesa, institucionalmente ligado à *Sorbonne* e à *École des Chartes*, onde se destacam, entre muitos outros, nomes como Bernard Guenée, Françoise Autrand e Jean-Philippe Genet.⁷

Focando-me no meu objeto de estudo, verifica-se que não existe qualquer análise de conjunto sobre a *Chancelaria de D. Manuel I*. Apesar disso, alguns trabalhos permitem-nos conhecer certos aspetos da documentação exarada por este monarca, assim como alguns oficiais da sua administração. Entre eles, destacam-se o ensaio de Fernando Portugal, publicado em 1969 na revista *Ethnos*, onde é apresentada a história arquivística desta *Chancelaria*,⁸ e o artigo de Bernardo Sá Nogueira sobre os diplomas manuelinos conservados no Arquivo Histórico de Montemor-o-Novo.⁹ Na Faculdade de Letras de Lisboa foram defendidas na última década algumas dissertações de mestrado que fornecem elementos importantes sobre aspetos como a *escrita manuelina*,¹⁰ a diplomática judicial deste período,¹¹ e a carreira de membros do despacho do *Venturoso*.¹² Ainda assim, a verdade é que, apesar de não ser difícil encontrar na

³ Eugénia Pereira da Mota, “Do Africano ao Príncipe Perfeito. Caminhos na burocracia régia” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1989).

⁴ Cf. Arquivo Nacional Torre do Tombo, “Base de dados de descrição arquivística [em linha]”, ANTT, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3859357> (última consulta em 20/03/2013).

⁵ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* (Porto: INIC/CHUP, 1990).

⁶ Cf. nota 2 deste trabalho.

⁷ Homem, *O Desembargo Régio*, 189-190.

⁸ Fernando Portugal, “A Chancelaria de D. Manuel I,” *Ethnos*, 6 (1969): 261-270.

⁹ Bernardo de Sá Nogueira, “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomatístico),” *Almansi*, 8 (1990): 43-129.

¹⁰ Maria Teresa Pereira Coelho, “Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escritas da corte régia portuguesa (1490-1530)” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2006).

¹¹ Jorge André Nunes Barbosa da Veiga Testos, “Sentenças Régias em tempo de Ordenações Afonsinas (1446-1512). Um estudo de diplomática judicial” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2011).

¹² Sara de Menezes Loureiro, “Afonso Mexia, escrivão da câmara e da fazenda de D. Manuel I e de D. João III. Reconstituição e análise da sua atividade como redator e escrivão de diplomas régios” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2006).

historiografia referências à administração manuelina, caracterizada pelos seus reformismo e modernidade¹³, pouco se sabe (ou, pelo menos, pouco se tem escrito) sobre como funcionava o seu Desembargo: que tipo de documentos emitia, de que forma é que os diplomas eram organizados nos livros da *Chancelaria*, que oficiais o integravam, como se enquadravam estes indivíduos na sociedade, etc. No fundo, refere-se muito frequentemente uma administração moderna, tendo como base, essencialmente, a profusão de documentos normativos emitidos por D. Manuel, sem se ter tido a preocupação de confrontar essa ideia com outro tipo de fontes e com a realidade de reinados anteriores.

3. OBJETIVOS

O maior propósito da minha dissertação passa precisamente por aí: analisar os diplomas arquivados na *Chancelaria* do *Venturoso* e, a partir deles, procurar conhecer como funcionava a sua administração. Este conhecimento será sempre, obviamente, muito parcial. Os objetivos específicos são:

- conhecer as linhas gerais da organização da *Chancelaria de D. Manuel I*, entendendo-se aqui *Chancelaria* como fundo arquivístico, e não propriamente como órgão administrativo; mais à frente terei oportunidade de dar conta de uma transformação importante que ocorreu neste domínio;
- apontar os conteúdos dos documentos copiados para os livros da *Chancelaria*, classificá-los em função disso, e, a partir daí, caracterizar esferas da governação e aferir a participação direta do monarca na expedição de atos sobre os diferentes assuntos;
- identificar os oficiais redatores envolvidos na preparação dos diplomas e analisá-los sociologicamente enquanto grupo.

4. OPÇÕES METODOLÓGICAS NA DEFINIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

A dimensão do objeto de estudo – a *Chancelaria de D. Manuel I* é constituída por 46 livros – obrigou a que o *corpus* documental da dissertação fosse fortemente restringido. À partida, a informação disponível no *site* da Torre do Tombo tornava viável que a análise se estendesse por mais do que um ano. Porventura, a solução mais natural seria optar por estudar exaustivamente um curto período de tempo: os três ou quatro primeiros anos do reinado, por exemplo. Acabei por optar por um caminho diferente, que passa pela análise de quatro anos não consecutivos do reinado de D. Manuel: 1496, 1504, 1512 e 1521. Fi-lo tendo perfeita consciência de que esta amostra, metodologicamente, não pode ser considerada representativa da totalidade do reinado. Ainda assim, pareceu-me que seria interessante conhecer bem a atividade burocrática da administração central em quatro períodos distintos, o que permite efetuar comparações, constatar transformações e esboçar linhas de força.

Em síntese, os números são estes: quatro anos do reinado de D. Manuel, oito livros da sua *Chancelaria*, 3139 diplomas. Em relação a 1504, 1512 e 1521 pode-se considerar que a análise é praticamente exaustiva, tendo em conta que são analisados todos os livros cuja esmagadora maioria da documentação é relativa a estes anos. Quanto

¹³ Dois exemplos:

- a) “O reinado de D. Manuel foi (...) caracterizado por uma excelente administração. A preocupação de reformar e o número de reformas efetuadas em todos os campos documentam a existência de um pequeno grupo de ministros ou secretários de gabinete, todos eles experimentados e devotados à tarefa governativa”. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal. Das Origens ao Renascimento*, 14.^a ed. (Lisboa: Editorial Presença, 2010) I: 343.
- b) “(...) com D. Manuel não houve qualquer retrocesso [na política de afirmação da autoridade régia] (...), a qual foi mesmo aperfeiçoada, ao ser levada a cabo uma profunda reestruturação administrativa”. João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “A conjuntura,” in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 689-760, *maxime* 714.

a 1496, são estudados dois dos seis livros que contêm registos desse ano, o que corresponde a cerca de 30% dos atos, sendo esta amostra estatisticamente válida.¹⁴

5. A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Definido o objeto, indicados os objetivos e apresentado o *corpus* documental, de que forma é que isto se traduzirá numa dissertação de mestrado? São os seguintes pontos-chave do trabalho a desenvolver, correspondendo cada um deles, em princípio, a um capítulo.

Numa primeira parte, dar-se-á conta dos enquadramentos do estudo. Abordar-se-á o desenvolvimento da historiografia política sobre a Idade Média portuguesa, o problema da importância da escrita na construção do Estado Moderno, e o contexto histórico do reinado de D. Manuel I. Prestar-se-á ainda particular atenção à realidade jurídica deste período, definido pelos historiadores do Direito como a *Época das Ordenações*.

De seguida, apresentar-se-ão os aspetos essenciais da *Chancelaria de D. Manuel I*: a sua história arquivística, as transformações ocorridas na organização dos seus livros, os números fundamentais. Naturalmente, olhar-se-á com particular cuidado aos oito livros que são a fonte principal da dissertação.

O terceiro capítulo será dedicado à tipologia dos documentos, privilegiando-se mais a análise dos seus conteúdos do que da sua forma. Em relação a cada tipo, procurar-se-á responder a questões como: qual é o seu enquadramento jurídico? Qual é o peso da sua presença na *Chancelaria de D. Manuel*? Quais são os seus objetivos? Quem é responsável pela sua redação?

No capítulo seguinte, identificar-se-ão os ofícios associados à emissão de diplomas nos anos em apreço e dar-se-á conta do seu enquadramento normativo. Para além disso, procurar-se-á perceber se houve transformações importantes na estrutura da administração ao longo deste reinado.

Conhecidos os ofícios, olhar-se-á de seguida para os oficiais. O quinto capítulo terá como objetivo caracterizar sociologicamente os redatores da *Chancelaria* de D. Manuel, estudando aspetos como o seu posicionamento social, a sua situação económica e o seu nível cultural. Esta análise basear-se-á num catálogo prosopográfico.

No último capítulo procurar-se-á uma aproximação ao quotidiano da *Chancelaria*, anotando práticas administrativas, relacionando-o com a (cada vez menor) itinerância régia, e verificando de que forma a produção burocrática reflete a conjuntura de cada ano.¹⁵

Em apêndice, será apresentado o já referido catálogo prosopográfico, constituído por 38 fichas, correspondentes aos oficiais redatores identificados nos oito livros estudados da *Chancelaria*.¹⁶ A matriz deste catálogo foi introduzida na historiografia portuguesa por Eugénia Pereira da Mota¹⁷ e inclui os seguintes campos principais: elementos cronológicos, inserção geográfica, inserção social, nível económico, nível cultural, carreira universitária, carreira militar, carreira diplomática, carreira burocrática, participação no Conselho Régio, carreira eclesiástica, carreira mercantil, vida pública e vida privada. A elaboração destas fichas terá como base, para além dos próprios registos da *Chancelaria*, diplomas do *Corpo Cronológico*, várias fontes publicadas¹⁸ e bibliografia especializada.¹⁹

¹⁴ Sobre a validade estatística de amostras de documentos da *Chancelaria*, cf. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999), 58-60.

¹⁵ Os fundamentos metodológicos desta análise acham-se em Luís Miguel Duarte, “Um rei a reinar (algumas questões sobre o desembarco de D. Afonso V na segunda metade do século XV),” *Revista de História*, 8 (1988): 69-81.

¹⁶ Também teria todo o interesse estudar prosopograficamente a população dos oficiais escreventes, o que não será feito por manifesta falta de tempo.

¹⁷ Cf. Mota, “Do Africano ao Príncipe Perfeito...”, II, 15-17.

¹⁸ Entre as quais de destaca o *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*.

¹⁹ Destaca-se a obra *Brasões da Sala de Sintra*, de Anselmo Braancamp Freire.

6. ALGUNS DADOS E CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Encerro este texto apresentando alguns dados que são parcelares, provisórios e ainda não foram objeto de uma reflexão tão aprofundada como merecem ser.

Em primeiro lugar, assinalo que é durante o reinado de D. Manuel que se opera uma transformação importante na forma como os documentos são distribuídos pelos diferentes livros da *Chancelaria* régia. Até esta altura, à medida que os diplomas eram emitidos, iam sendo registados, independentemente dos seus conteúdos, em cadernos de pergaminho que, posteriormente, eram cosidos e reunidos num só volume, cujo grosso da documentação era, normalmente, relativo a um ano em concreto. Exemplificando: no Livro 31 da *Chancelaria de D. Afonso V* encontram-se registados, *grosso modo*, os atos emitidos pelo *Africano* em 1469, independentemente de serem perdões, provimentos de ofício, privilégios ou outra coisa qualquer.²⁰ É com uma realidade semelhante a esta que deparamos se consultarmos os livros da *Chancelaria de D. Manuel I* relativos a 1496. Já se olharmos para 1504 e para os anos seguintes, o cenário transforma-se. Concretizando: a maioria dos diplomas emitidos pelo Venturoso em 1504 encontra-se distribuída por três volumes; esta distribuição não é cronológica, mas é tudo menos aleatória; num dos livros, o 23, só encontramos provimentos de ofício e cartas de tabelião, de físico e de cirurgião, ou seja, documentos através dos quais o monarca nomeia ou licencia alguém para o exercício de determinada função; noutro, o 19, 86% dos atos correspondem a doações de bens e direitos, nas suas diversas formas; no livro 22 há uma maior dispersão na tipologia dos documentos, registando-se um número significativo de diplomas relativos à Defesa, legitimações e aforamentos, para além de diversos tipos de privilégios. Em síntese: temos um livro para provimentos, um livro para doações, um livro para a Defesa e privilégios. De forma mais evidente do que nunca, a progressiva especialização da *Chancelaria* materializou-se na forma como os seus livros se organizaram.

Olhemos agora à classificação dos documentos em função dos seus conteúdos e à sua distribuição pelos diferentes anos estudados. Não faria sentido, neste trabalho, que me detivesse a caracterizar cada um dos 27 tipos identificados e a analisar detalhadamente a sua evolução. Refiro apenas que a matriz desta tipologia foi definida por Carvalho Homem no *Desembargo Régio*, tendo sido desenvolvida em trabalhos que entretanto orientou, destacando-se neste domínio a tese de doutoramento de Judite de Freitas. Na minha dissertação, proporei a individualização de alguns novos tipos, que não equivalem propriamente a novas espécies documentais, correspondendo antes à particularização de certas rubricas anteriormente enquadradas em tipos mais abrangentes. Para além disso, as designações de algumas rubricas sofrerão alterações, em função de ajustes em relação aos diplomas que abrangem.²¹ Deixo alguns dados gerais:

- dos 27 tipos definidos, são 13 os que se encontram nos registos dos quatro anos em apreço;

- a representatividade da esmagadora maioria das espécies documentais é muito escassa: só 4 dos 27 tipos tem um peso relativo superior a 5% da documentação total; esta dispersão justifica-se pelo elevado número de tipos correspondentes a matéria de graça, ou seja, *grosso modo*, privilégios e doações, que, em conjunto, têm um peso global significativo (cerca de 28%);

- os provimentos de ofício são, de longe, o tipo de documento que mais aparece nos oito livros analisados da Chancelaria manuelina; são 1168 cartas, equivalentes a 37% do total que, juntamente com as cartas de quitação e os aforamentos, são responsáveis

²⁰ Cf. Hugo Alexandre Ribeiro Capas, “A Chancelaria Régia e os seus Oficiais no ano de 1469” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2001), 8-13.

²¹ Por exemplo, os privilégios de besteiro do conto ou de espingardeiro, noutros trabalhos, eram classificados como *Privilégios em geral*. Na minha dissertação, serão enquadrados na rubrica mais diretamente ligada aos aspetos militares, cujo nome sofreu uma pequena alteração: de *Defesa e regulamentação de encargos militares* passou a *Defesa e privilégios de natureza militar*.

pelo facto de a Fazenda ser o “departamento” com mais peso na administração central deste período (praticamente 41%);

- a Defesa também tem uma importância notável nesta *Chancelaria*, correspondendo o provimento de ofícios e a concessão de privilégios de cariz militar a cerca de 18% da totalidade dos registos;

- a situação da Justiça é muito particular; ao longo do século XV, o seu peso nos livros da *Chancelaria*, graças às cartas de perdão, era importante, apesar de ter diminuído progressivamente o número de registos de sentenças; nos oito livros que analisei da *Chancelaria de D. Manuel* encontram-se 116 cartas de perdão (3,7% da documentação), todas exaradas em 1496; ao que se deve este ocaso? O *Venturoso* não deixou conceder perdões a partir de uma fase inicial do seu reinado.²² O mais plausível é que as cartas de perdão emitidas em 1504, 1512 e 1521 tenham sido registadas em livros próprios que não chegaram até nós. Um olhar mais atento sobre outros livros desta *Chancelaria* e a comparação com a organização da *Chancelaria de D. João III* (que tinha livros só de perdões) poderão contribuir para um esclarecimento mais cabal deste aspeto.

Uma vez que o catálogo prosopográfico dos oficiais redatores, elemento fundamental desta dissertação, se encontra numa fase inicial da sua elaboração, e dado que ainda não estudei detalhadamente a atividade burocrática desenvolvida pelos titulares de cada ofício, não tenho condições nesta altura para avançar com muitos dados sobre os cargos e os burocratas ao serviço de D. Manuel. Deixo apenas algumas notas:

- nos oito livros analisados não se encontra qualquer carta subscrita pelo Escrivão da Puridade, o que poderá indiciar um esvaziamento das atribuições burocráticas dos oficiais da Câmara régia; esta tendência já foi assinalada por Eugénia Mota em relação à transição do reinado de D. Afonso V para o de D. João II;²³

- também não se deteta na *Chancelaria de D. Manuel* a existência de um Vice-Chanceler, ofício não regulamentado pelas *Ordenações*, que tinha um peso importante na subscrição da documentação do *Africano* e do *Príncipe Perfeito*;

- para além de situações pontuais, como o desdobramento da Corregedoria da Corte em feitos crimes e cíveis, não se encontram novos ofícios na administração do *Venturoso*.

À partida, estes dados não permitem tecer grandes conclusões sobre as transformações operadas por D. Manuel I na administração central. À primeira vista, não me parece que tenha havido uma mudança tão profunda como o ímpeto reformador do *Venturoso*, tão destacado pela generalidade da historiografia, poderia fazer supor. Só uma análise detalhada da nova regulamentação produzida sobre cada ofício e respetivo confronto com a realidade da atividade burocrática expressa pelas fontes permitirá chegar a conclusões mais fundamentadas.

²² Prova-o o facto de D. Manuel, em 1517, ter promulgado um *regimento dos perdões*, publicado em Duarte, *Justiça e Criminalidade...*, 726-732.

²³ Cf. Mota, “Do *Africano* ao *Príncipe Perfeito...*”, I, 34-38.